

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS NO/DO CÁRCERE:  
HORIZONTES E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIAS  
ÀS COLONIALIDADES**

***AUTOBIOGRAPHIC NARRATIVES IN/FROM PRISON:  
HORIZONS AND POSSIBILITIES OF RESISTANCES  
TO COLONIALITIES***

Ana Claudia Godinho.<sup>1</sup>

Victória Mello Fernandes.<sup>2</sup>

**RESUMO**

189

O presente artigo tem como objetivo analisar como as narrativas autobiográficas de sujeitos privados de liberdade podem protagonizar formas de resistência à colonialidade de poder, de saber e de ser. A narrativa trabalhada foi Diário de um Detento (2016), escrita por Jocenir Prado durante sua privação de liberdade no sistema prisional paulista nos anos 1990. Para refletir sobre as suas potencialidades de reescrita das histórias subalternizadas, o estudo baseia-se no pensamento decolonial, admitindo as histórias e saberes deslegitimados socialmente como essenciais à resistência à colonialidade e à constituição de saberes decoloniais. Para a análise, foi necessário contextualizar o sistema penitenciário brasileiro, as práticas de aprisionamento e os sujeitos que são mais afetados pelas lógicas coloniais de subalternização, marginalização e criminalização. Os resultados indicaram que as narrativas autobiográficas possibilitam a superação das visões assistencialistas e estigmatizantes, bem como promovem o reconhecimento e a humanização dos sujeitos em privação de liberdade.

**Palavras-chave:** colonialidade; privação de liberdade; narrativas autobiográficas; Brasil.

**ABSTRACT**

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação (UNIISINOS, 2012) e Mestre em Educação (UNIISINOS, 2007). Pós-doutora em Educação (UFF, 2018). Professora adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDU/UFRGS. e-mail: anaclaudia.godinho@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania. e-mail: mellofvictoria@gmail.com.

*This qualitative research, with an exploratory scope, aims to analyze how the autobiographical narratives of individuals deprived of freedom can be a form of resisting the coloniality of power, knowledge and being. The narrative analyzed is the *Diário de um Detento* (2016), written by Jocenir Prado during his time in the São Paulo prison system in the 90s. In order to reflect the potentiality of rewriting "subalterned" history, the study is based on socially delegitimized histories and knowledge, considered essential to the resistance to coloniality. For the analysis, it was necessary to contextualize the Brazilian justice system, imprisonment practices, and the people most affected by the colonial logic of subordination, marginalization, and criminalization. Initial results indicate that autobiographical narratives enable the overcoming of assistentialist and stigmatizing views and promote the recognition and humanization of people deprived of freedom.*

**KEYWORDS:** Coloniality; deprivation of liberty; autobiographical narratives; Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de explorar as potencialidades das narrativas autobiográficas, como um saber decolonial feito por sujeitos historicamente subalternizados e silenciados na sociedade brasileira pelos padrões de poder da modernidade-colonialidade, em uma de suas formas contemporâneas mais violentas - a privação de liberdade. Pretende-se, desse modo, contribuir para este campo de investigação sobre o aprisionamento na América Latina.

A investigação que subsidiou a escrita deste artigo situa-se no contexto brasileiro, no qual a população carcerária é a terceira maior do mundo. No país, as pessoas privadas de liberdade são majoritariamente pretas ou pardas e com baixa escolaridade (Infopen, 2017). Nesses dados é possível perceber que há uma prática sócio-histórica ainda não superada, haja vista que a racialização, desde a escravização, estabeleceu uma ordem e um controle social em que algumas pessoas - marcadas por raça e classe - são encarceradas, enquanto outras - pessoas que cometem crimes de "colarinho branco" por exemplo, - não o são na mesma medida. Além disso, os crimes mais cometidos são de tráfico, roubo e furto (Infopen, 2017), o que corrobora a análise relativa à renda e à classe social dessas pessoas.

Trabalhou-se com base em análises sócio-históricas acerca das punições e da instituição prisão, com foco no contexto brasileiro, baseando-se em conceitos e leituras do pensamento decolonial, desde o processo violento da colonização não só territorial, mas também corporal,

epistemológica, educacional, até os dias atuais. Procurou-se também, em leituras da decolonialidade, investigar sobre a potencialidade das narrativas autobiográficas produzidas pelos sujeitos privados de liberdade.

O livro escolhido para análise, *Diário de um Detento*, de Jocenir Prado (2016) é uma narrativa autobiográfica escrita durante os anos em que esteve preso no sistema prisional de São Paulo. O autor narra as experiências dentro dos presídios, desde violações de direitos humanos, violências físicas e psíquicas, abuso de poder por parte de agentes dos estabelecimentos prisionais e as experiências vivenciadas nas relações tecidas com outras pessoas privadas de liberdade.

A seguir, o *corpus* do trabalho divide-se nas temáticas analíticas: a) a instituição prisional, as relações intersubjetivas e os processos que ocorrem dentro do espaço-tempo prisional; b) os padrões e as relações de poder que constituem e atravessam as instituições prisionais brasileiras; e c) as escritas narrativas autobiográficas não só como produção artística-literária, mas como produção de conhecimento relevante às Ciências Sociais.

## 2. PUNIÇÃO E APRISIONAMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O sistema prisional brasileiro é marcado pela segregação de sujeitos, e as vidas que são aprisionadas não o são de forma aleatória, mas sim classificadas pela intersecção dos marcadores sociais cor, classe e faixa etária, principalmente. Mais do que encarceradas, são silenciadas e soterradas. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2020), as pessoas negras representam 66,7% da população carcerária, assim como há o crescimento de 377,7% na população carcerária que se identifica como negra, acima da variação de 239,5% para brancos. Além da expressividade de pessoas negras presas, a faixa etária prevalente é entre 18-24 anos (21,22%), a maioria condenada pelo crime de tráfico de drogas, inserido na chamada “guerra às drogas”. Segundo Ferrugem (2018) a guerra às drogas é uma combinação mortal entre o racismo e o classismo. O racismo aliado a classe aparece como o marcador que define quem são os sujeitos que podem morrer

Essas práticas compõem o que se pode chamar de um *ethos* social, localizado em uma sociabilidade neoliberal, na qual os agentes – desde o Estado brasileiro, atuam a perpetua-la. Nesse paradigma neoliberal estamos submetidos concomitantemente à chamada liberdade de mercado, da flexibilização das relações trabalhistas, do *ethos* social individualizado e, para isso, o modo pelo qual nos subjetivamos retroalimenta a adesão às crenças econômicas e sociais neoliberais, operando também para que o funcionamento dessa máquina não seja ameaçado. Dessa forma, deparamo-nos com uma contradição: como é possível afirmar a individualidade e a liberdade em uma sociedade em que existem instituições que aprisionam e despersonificam em massa indivíduos específicos?

Como não seria a prisão a pena por excelência numa sociedade em que a liberdade é um bem que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento “universal e constante”? Sua perda tem, portanto, o mesmo preço para todos; melhor que a multa, ela é o castigo “igualitário” (FOUCAULT, 2014, p.224).

De forma a expor as múltiplas agências, discursos e práticas de Estado, é possível perceber a necessidade da existência desses espaços e dispositivos para a existência da sociedade como a conhecemos, porque a biopolítica - utilização de tecnologias de controle da vida e da morte, o biopoder - é imprescindível para permitir a governamentalidade (FOUCAULT, 1979) das instituições sobre os sujeitos.

Dentre os documentos que constituem as práticas de governo, um dos mais importantes é a Constituição Federal de 1988, a qual tem poder superior a ser invocado pelos legisladores e pela sociedade em geral. Fala-se em constituição cidadã, a primeira do Brasil a estender direitos a todos os cidadãos e estabelecer como dever do estado fornecer meios para sobreviver, morar, escolarizar-se com dignidade e sem discriminação por classe, raça ou gênero. Porém, há intersecções que atravessam a constituição como o Código Penal de 1940, ainda que modificado muitas vezes, tem sua origem em um momento não democrático, em que as elites eram privilegiadas em todos os âmbitos sociais.

Outro documento importante é a Lei 7.210 de Execução Penal de 1984, em que são estruturados os direitos da pessoa em privação ou restrição de liberdade, os deveres do estado para essa pessoa e a sua família, bem como a sociedade como agente fundamental dessa relação.

Este documento, contraditório entre o que a lei promove e como o sistema penal de conforma nas relações sociais suas práticas, apresenta as condições para a pessoa privada de liberdade, fornece ao estado o poder sobre a liberdade dos cidadãos. Concomitantemente, pode-se ancorar para reivindicar direitos básicos dos seres humanos, que são na maioria das vezes violados dentro do cárcere: Artigo 1º: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a *harmônica integração social do condenado e do internado*” (LEP, 1984).

Os recursos discursivos das doutrinas constitucionais e penais, mostram constituir-se de diferentes formas. Ao contrário do que é indicado na Lei de Execução Penal, a prisão é um lugar hostil, desumanizante, insalubre, violento e violador dos direitos estabelecidos, isso pode ser visto em documentos como o Relatório Azul (2017). O ideário de ressocialização a partir de reclusão nunca de fato aconteceu, a não ser discursivamente. O que se vê é a segregação entre a população que não viola contratos ou não é foco das políticas de biopoder e a população que os quebrou, ainda que muitas vezes o estado atue sem se ter a certeza da violação do contrato social da lei, tendo em vista que 33% dos presos estão em prisão provisória (DEPEN, 2020). O cárcere é um mecanismo que reforça a estratificação social, o racismo e corrobora para uma sociedade violenta, tendo em vista que há 70% de reincidência (RELATÓRIO AZUL, 2017).

Segundo o Departamento Penitenciário (2020) há um déficit de 231.768 vagas, gerando a superlotação dos presídios, e a falta de alimentos, produtos de higiene e saúde, ou seja, de condições básicas. Devido às condições das prisões, torna-se insustentável a vida neste ambiente, desde a falta de suprimentos básicos, de acesso à higiene, e a um espaço que abrigue todas as pessoas que estão trancadas no sistema penal. No Brasil, há uma necessidade de filiação a facções para manter-se vivo e em condições minimamente humanas, como conta Pastor Adeir, no documentário *O prisioneiro da grade de ferro*, de Paulo Sacramento (2004). Neste contexto, as prisões brasileiras são marcadas por rebeliões, chacinas realizadas por agentes da polícia, mortes criminosas, mortes por adoecimento devido às condições sanitárias das prisões e muitas outras formas de violência contra a dignidade humana.

O Massacre do Carandiru (1992) foi, talvez, a mais conhecida chacina realizada dentro da prisão, em que a polícia militar do estado de São Paulo, por causa de uma desavença durante um jogo de futebol, assassinou 111 presos. Mais recente, no ano de 2019, presas do presídio feminino de Ananindeua no Pará, relataram torturas sistemáticas (BETIM, EL PAÍS, 2019) e desrespeito aos direitos humanos básicos. Por se tratar de um presídio feminino, vê-se a intersecção de opressões, além da situação das pessoas presas no Brasil, é possível perceber que o gênero e a sexualidade atravessam as formas de configurar as relações e o controle dos corpos (PADOVANI, 2015), sendo utilizado, também, como dominação e forma de violentar esses sujeitos. Ademais, racismo está estreitamente ligado às ações violentas dentro da prisão, principalmente por 62% das mulheres encarceradas serem negras (INFOPEN MULHERES 2017).

Os dados e acontecimentos citados permitem relacionarmos as relações estabelecidas sociohistoricamente com o contexto contemporâneo brasileiro, marcado pelas malhas da colonialidade, que gera o aprisionamento maior de alguns sujeitos devido aos marcadores sociais – raça, classe. A biopolítica constituinte da modernidade, incide sobre esses corpos através da agência dos Estados e das políticas públicas, estabelecendo poder produtivo, favorável a uma economia de vidas (FOUCAULT, 2015) pode justificar as práticas de encarceramento em massa pela justificativa do medo, da organização social e da segurança pública.

Dentro das instituições carcerárias, a maioria dos homens e das mulheres são negros e negras, o que aponta a inexorável ligação entre racismo estrutural e institucional e encarceramento. Além disso, nos presídios femininos deparamo-nos com uma outra realidade justificada pelas opressões diferentes sofridas por mulheres, e dentro das próprias mulheres há opressões que apenas mulheres negras e indígenas são vítimas. Historicamente, tratamentos para as mulheres brancas, negras e indígenas são diferentes: apenas as mulheres brancas tinham penas direcionadas ao papel de gênero (DAVIS, 2018).

O *modus operandi* colonial permanece estruturado ainda que não em seu discurso abertamente, mas é percebido por meio das instituições, das políticas públicas, da dependência econômica interna e externa do Estado brasileiro, da estratificação social, do silenciamento de

outros sujeitos que não o sujeito da modernidade, e, principalmente, no caso deste estudo, da instituição prisão pelo aprisionamento e exclusão social desses sujeitos.

O complexo industrial-prisional, portanto, é muito mais do que a soma de todas as cadeias e prisões do país. É um conjunto de relações simbólicas entre comunidades correlacionais, corporações transnacionais, conglomerados de mídia, sindicatos de guardas e projetos legislativos e judiciais. Se é verdade que o significado contemporâneo da punição é formado por meio dessas relações, então as estratégias abolicionistas mais eficazes precisam contestar essas relações e propor alternativas que as desmontem. (DAVIS, 2018, p.115)

A necessidade de aprisionar como punição é um dos questionamentos trazidos por Davis, sendo ela um empecilho para a superação de estruturas racistas e segregatórias. Podemos perceber que o aprisionamento está mais ligado com à governamentalidade (FOUCAULT, 1979) e projetos políticos e econômicos da sociedade capitalista, do que ao discurso “ressocializador” sobre as prisões. Enquanto houver a legitimação da privação e restrição de liberdade, bem como a omissão diante das violências que ocorrem nessas instituições, haverá a perpetuação das contradições da modernidade/colonialidade em seus níveis mais letais e violentos, produtos de uma necropolítica (MBEMBE, 2018).

### 3. NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS COMO UM SABER DECOLONIAL

Pensar a partir da colonialidade é reconhecer um padrão de poder e de dominação que se estabelece a partir da constituição sociohistórica da modernidade no mundo, tendo suas bases na colonização ibérica da América Latina no século XVI. As formas como estruturaram-se as relações de poder, assim como a constituição do sistema capitalista de acumulação, são percebidas como esferas de um arranjo que necessita da subalternização de práticas, de sujeitos, de saberes para incidir e ter controle sobre eles.

A colonialidade de poder (QUIJANO, 2005) pode ser definida como a “face oculta” da modernidade, que através da dominação ontológica, epistêmica permite a exploração dos territórios, do trabalho dos sujeitos, em detrimento da estruturação e fortalecimento do capitalismo. Estas relações de subalternização e exploração mostraram-se as mais duradouras formas, justamente por imbricar-se e classificar os sujeitos através de medidas eurocêtricas

que ordenam desde o fenótipo, o formato dos corpos, a língua, a produção de saberes, os gêneros, as sexualidades, ou seja, tudo que possa ajustar-se a manutenção e produção das relações colonialistas-modernas (QUIJANO, 2005).

A colonialidade do ser e do saber são as formas que constituem e justificam tais relações, Maldonado-Torres (2016) ressalta o caráter constitutivo a partir da classificação pela raça, justamente pela tentativa de retirar do sujeito seu caráter de humano ou, ao menos, igual. É pela desumanização e na alocação no papel do “outro” que se organizam conhecimentos universais que sustentam a modernidade-colonialidade, incidindo sobre este outro - aquele sobre quem se age, aquele sem história, aquele que deve ser assimilado no curso universalista e evolucionista da história humana.

Restrepo e Rojas (2010) apresentam como a colonialidade de saber e do ser desprende seus mecanismos e dispositivos com a intencionalidade de ocultar histórias, saberes, conhecimentos e existências que não sigam o programa da modernidade, utilizando de recursos discursivos e relações historicamente desiguais classificando-os como mítico, folclórico, subalterno. A colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2016) ressalta na modernidade o caráter constitutivo a partir da classificação pela raça, que tem como intenção a desumanização do outro.

A colonialidade se situa como uma relação que constitui a estrutura prisional, ou seja, as relações que sustentam e produzem tanto as instituições quanto os sujeitos que nela agenciam suas existências. Percebe-se que a contradição está forjada na própria instituição de contratos estabelecidos o pode demonstrar o que Mignolo (2017) explicitava, o estado-nação servindo como membro da colonialidade.

De encontro as narrativas coloniais, a valorização de saberes apagados pela colonialidade vai ao encontro das histórias dos sujeitos e do país, assim pode se reconhecer as relações desiguais, racializadas e excludentes são fruto da colonização não só territorial, mas dos corpos e dos imaginários através da escravização de negros e indígenas, que hoje mostram-se pelo o racismo estrutural e institucional no aprisionamento. Um dos caminhos para uma nova leitura e escrita de histórias oficiais é reconhecer as histórias contadas e escritas por aqueles

que as vivem. Essa via alternativa para a concepção de novas histórias e novas práticas sociais são produções outras criadas e experienciadas por pessoas que não as já canonizadas na literatura, na sociologia e na história oficial, que são em sua maioria homens brancos.

A sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos discute o que foi subtraído do que é classificado oficial e válido, de modo a refletir que essa ausência é intencional da modernidade e da razão produzida por ela e que a retroalimenta.

Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe. O seu objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pelo que a sua simples formulação representa já uma ruptura com elas. O objetivo da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2002, p. 346).

Tal interpretação aliada ao pensamento decolonial sugere que possibilidades diferentes de existência, que não as hegemônicas, são possíveis, possibilidades que superem a lógica moderna-colonialista que sustenta opressões entre raça, classe, sexo – interseccionalmente (COLLINS; BILGE, 2021), e que permite a existência de relações e de instituições como a prisional ou da escolarização e da educação apenas como reprodução da colonialidade.

A sociologia das emergências desprende seu empenho para ampliar as possibilidades da produção dos diferentes saberes, práticas e sujeitos existentes, para que seja possível alargar a compreensão do presente, para além da lógica universalista, afetando as alternativas de futuros. O autor fala dos futuros serem explorados, que são construídos através desse trabalho de investigação, pesquisa e criação não só para o presente, mas também orientando o que virá. É nesse aspecto que a descolonização dos saberes como uma prática desde a educação, a história e a literatura pode ser uma aliada, constituindo uma das vias a ser experienciada pelos diversos sujeitos para a criação do novo - saberes, conhecimentos e práticas.

O paradigma outro, discutido por Mignolo (2003) assim como as proposições de Santos, reivindica a diversidade que foi forçadamente aterrada dando lugar ao paradigma da modernidade.

*El paradigma outro es diverso, no tiene un autor de referencia, un origen común. Lo que el paradigma otro tiene en común es el conector, lo que comparten quienes han vivido o aprendido en el cuerpo el trauma, la inconsciente falta de respeto, la*

*ignorância – por quien puede hablar de derechos humanos y de convivialidad – de como se siente em el cuerpo el ninguneo que los valores de progreso, de bienestar, de bien-ser, han impuesto a la mayoría de los habitantes del planeta, que, en esse momento, tienen que reaprender a ser (MIGNOLO, 2003, p.20).*

Mignolo (2003) percebe as ligações entre as vítimas da violência colonial, suas características em comum e as potencialidades para que outros sujeitos, outras práticas, outros saberes e conhecimentos possam contribuir para a descolonização dos territórios, das ontologias, das epistemes e dos sujeitos.

A doutora em letras e escritora brasileira Conceição Evaristo é referência no conceito - e na prática - das escrevivências. Em seus escritos e produções exprime a produção literária de mulheres negras, os sentimentos, os conhecimentos e os saberes elaborados na experiência e na vivência em ser um sujeito marcado socialmente por raça, classe e gênero. Assemelhando-se a estas proposições, a intencionalidade desta investigação, uma vez que as narrativas são trabalhadas como tensionamento das experiências e da história oficial produzida pelas relações colonialistas.

Patricia Hill Collins (2016) enfatiza a importância de pessoas negras e de sujeitos classificados como “de fora” ocuparem o ambiente acadêmico e a produção do conhecimento formal e científico, para que seja lembrado e marcados os aspectos da realidade que são invisibilizados e silenciados pelas abordagens ortodoxas e hegemônicas da ciência tradicional. Os “outsiders” não são herdeiros (BOURDIEU, PASSERON, 2014) desse paradigma e não estão adequados e normalizados pelo ambiente, tornando possível uma práxis interseccional, tanto acadêmica quanto de mobilização social ao desnaturalizar e perceber que os fatos, os sujeitos considerados significativos são, muitas vezes, “eleitos” autoritariamente significativos, assim, apontam omissões e podem reconstruir paradigmas fixos.

#### 4. METODOLOGIA

O primeiro momento foi de definição da área temática da privação de liberdade, e em seguida a forma de abordar, a partir da escolha do livro/narrativa integraria à pesquisa. O livro foi abordado não só como objeto de análise, mas também como base teórica para a pesquisa. A

partir de uma perspectiva decolonial, pela qual se deu a leitura e incorporação do livro ao texto, interpretou-se a narrativa como uma forma de tensionar o cânone moderno.

Após a leitura de três obras: Sobrevivente André du Rap (do massacre do Carandiru) (ZENI, 2002); Memórias de um Sobrevivente (MENDES, 2009); Diário de um Detento (PRADO, 2016) - narrativas autobiográficas sobre a privação de liberdade, o livro de Jocenir Prado foi escolhido. As razões de escolha podem ser definidas por: a) ser uma narrativa autobiográfica; b) ter grande alcance na mídia brasileira, devido a sua relação com o cantor Mano Brown; e c) inspirar e ser parte da letra de uma das músicas mais tocadas no país, *Diário de um Detento* (BROWN; PRADO, 1997).

Na primeira leitura do livro de Jocenir, foram realizadas marcações das temáticas mais presentes no texto. A seguir, uma pesquisa acerca do autor e, novamente, uma segunda leitura contextualizada, para identificar os temas a serem analisados no trabalho. A tematização foi realizada a partir da triangulação dos dados do sistema prisional com a teoria e o texto literário escolhido para o estudo. Desse modo, foi possível identificar e categorizar os temas principais da narrativa de Jocenir.

Durante a análise do livro, foi dividido o processo em tematizações, busca teórica sobre os temas, e análise dos temas, das relações descritas e das linguagens de escrita e de comunicação, a partir da análise de conteúdo:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN 1977, p.31).

Para trabalhar com questões referentes à teoria da literatura foi necessário fazer uma pesquisa de bibliografia teórica, para possibilitar uma melhor análise de aspectos referentes à forma, uso da linguagem, e construção de texto narrativo autobiográfico. Logo, iniciou-se o processo de escrita realizando, primeiramente, uma descrição antecedente a análise, o que foi modificado para uma descrição analítica, e a constante triangulação entre o livro, os conceitos e as temáticas definidas na etapa anterior.

A análise do conteúdo do texto literário foi constantemente contextualizada, a narrativa junto à análise da realidade do sistema prisional brasileiro no período em que Jocenir escreveu, – em que ocorreu o Massacre do Carandiru, o espaço-tempo em que ele viveu a experiência de privação de liberdade no sistema prisional de São Paulo. Em suma, a análise de conteúdo não se restringe ao material linguístico do livro, mas abrange aspectos do contexto histórico, das relações sociais e das interações humanas que criaram as condições de produção do texto em estudo.

No processo de análise, surgiram novas temáticas, relações que passaram despercebidas na etapa anterior, o que demandou uma nova leitura de algumas partes do livro, bem como busca por novos referenciais, sendo algumas incluídas no trabalho. Acredita-se que é impossível esgotar uma obra, sempre haverá novas formas de análise, temáticas a serem descobertas e percebidas, assim como outras leituras possíveis.

## **5. DIÁRIO DE UM DETENTO: HISTÓRIA DE JOCENIR E HISTÓRIAS DO CÁRCERE**

O livro de Jocenir Prado localiza-se na chamada escrita de testemunho ou narrativa de testemunho, na qual a objetividade e a subjetividade se misturam ao longo do texto. Esta dualidade na classificação entre o objetivo e o subjetivo nas experiências, produto de uma racionalidade moderna colonial, propõe uma divisão marcada, o que recorrentemente questiona a validade de tais produções. Pode-se dizer que, segundo Bosi “o testemunho quer-se idôneo, quer-se verídico, pois aspira a certo grau de objetividade. Como tal, cada memória individual com história” (1995, p. 309) ao mesmo tempo em que “o testemunho também se sabe obra de uma testemunha, que é sempre foco singular. Logo, o testemunho é subjetivo e, por esse lado, se aparenta com a narrativa literária em primeira pessoa” (1995, p. 310).

Além disso, as construções narrativas podem mobilizar, a partir daquele(s) que escreve(m) e do que escreve(m), uma forma de colocar-se e posicionar-se politicamente em relação a um determinado fenômeno, ou seja, não é apenas um ato subjetivo individual, mas

pode recorrer a um discurso e a um sentimento coletivo e intencionando objetivos normativos ou não, como foi citado o caso das escrevivências.

Ao longo da história da literatura, diversos testemunhos do cárcere são publicados, desde Graciliano Ramos, Primo Levi, Antonio Gramsci até Fernando Gabeira, diferenciando-se da narrativa de Jocenir por tais autores serem presos políticos, o que dá outro significado social à prisão. Jocenir foi condenado por receptação de carga roubada, ainda que em seu relato afirma sua inocência, assim como a maior parte da população carcerária brasileira, não é considerado presa política, e são marcados por estigmas, categorizações dos sujeitos por atributos “normais” e “positivos” para quem o julga (GOFFMAN, 1988), do preso e da prisão, às vezes por toda sua vida. A população “comum” carcerária brasileira carrega também marcadores sociais anteriores à prisão, como raça e classe. Segundo Chies, o que une os presos como um grupo específico é:

A condição comum e objetiva de sequestrados, bem como a imputação do estigma e rótulo de desviantes criminais e a origem social em semelhantes estratos, face aos critérios da seletividade sociojurídica criminal e punitiva, são principais, senão únicos, elementos que, a priori, unem e reúnem os apenados no ambiente prisional, os conduzindo e os compelindo a dinâmicas de interação como um grupo (2006, p. 103).

As narrativas acerca da prisão e do aprisionamento são relatos individuais, mas também compartilhados, como, por exemplo, Jocenir relata que enquanto escrevia cartas a pedido de um preso, refletia sobre sua situação e sua família. Além das cartas e dos sentimentos, as condições estruturais da prisão são colocadas a quase todos os presos. É nesta vivência compartilhada que a escrita se torna mais do que uma manifestação literária fantasiosa, mas vai ao encontro da reconstrução de narrativas oficiais e pode colaborar para a modificação de práticas sociais excludentes.

O livro inicia com um dos trechos da música escrita com Mano Brown, que exprime através da figura de linguagem, onomatopeia, os sons de tiros, fazendo uma contraposição ao cotidiano das chamadas pessoas “de bem” que passam pelo presídio, no qual os presos estão como animais exóticos, mas sem valor algum para a sociedade.

Ratatatá... mais um metrô vai passar. Com gente de bem, apressada, católica.  
Lendo jornal, satisfeita, hipócrita. Com raiva por dentro, a caminho do Centro.

Olhando pra cá, curiosos, é lógico. Não, não é não, não é zoológico. Minha vida não tem tanto valor, quanto seu celular, seu computador (p. 16).

O excerto relaciona as atividades cotidianas de pessoas da sociedade brasileira, assim como algumas características das práticas e das identidades dos sujeitos que não se encontram em liberdade. Ao contrapor os sujeitos, faz-se o movimento de comparar as trajetórias e as situações das vidas, que quando aprisionadas remetem a desumanização, ou seja, a retirada de valores morais socialmente aceitos daquele que é acusado de cometer um crime, exposto e submetido a uma sujeição criminal (MISSE, 1999).

Jocenir narra que tudo iniciou em 1994. O autor planejava viajar com sua esposa que estava grávida. Por seu carro ser pequeno, pediu ao seu irmão o veículo. Iniciaria o caminho que o levaria preso, ao encontrar seu irmão para buscar o carro, em um depósito. Jocenir foi ao lugar combinado e esperou pelo irmão, na espera percebeu uma movimentação de carros estranha.

Após perceber a confusão, viu homens armados saindo dos carros, iniciando-se um tiroteio. Para proteger-se, ficou junto à parede do galpão. Nesse momento, homens armados se aproximaram dele, revistaram-no e algemaram-no. Os homens buscavam respostas para o que estava acontecendo e Jocenir afirmava não saber o que passava. O policial que o prendeu, levou-o para dentro do depósito para que esperasse o “chefe”. Enquanto aguardava, alguns homens, que afirma não saber se eram policiais ou bandidos, pois roubavam o depósito. Tempo depois, Jocenir soube da situação: o tiroteio não fora entre “marginais” e policiais, mas entre a polícia e filhos de empresários da região.

O autor conta que negou ser o receptor, sobretudo pelos policiais saberem a verdade. Nesse momento, Jocenir relata as ameaças sofridas caso não assinasse um termo de confissão, se aceitasse o acordo não ficaria preso, pois seria fiançável. Jocenir aceitou dar o depoimento, e assim o fez. Não houve perguntas sobre as cargas. E, em seguida, foi transferido à cadeia pública: “começaria então uma caminhada de sofrimento, terror, angústia, e também aprendizado, descoberta, amor e ódio” (PRADO, 2016, p. 36).

Em seus primeiros dias na prisão, Jocenir foi chamado algumas vezes até a carceragem para falar com os policiais que fizeram a prisão. Duas das visitas feitas tinham a intenção de ameaçar, através de práticas para amedrontar, como falar o nome completo de sua esposa, seu endereço, e escola em que os seus filhos estudavam. Os agentes estatais que têm como objetivo cumprir e cobrar a lei, aparecem ao longo da narrativa violando-a. “Disse que se eu os denunciasses à corregedoria haveria consequências graves” (PRADO, 2016, p.43).

Ao longo do livro os trechos escritos por Jocenir e por Mano Brown vão aparecendo, o recorte a seguir mostra, através da repetição da palavra *cada*, o ritmo dado às frases intencionalmente, para o tratamento estético da linguagem, enfatizando o texto ao criar o retrato desolador para expor a dureza das condições desde a liberdade à prisão.

Cada detento uma mãe, uma crença. Cada crime uma sentença. Cada sentença um motivo, uma história de lágrima, Sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio, Sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo. Misture bem essa química. Pronto: eis um novo detento. (p.37)

## Os espaços-tempo

Nas duas seções seguintes, buscar-se-á explorar outra categoria analítica que emerge da leitura do livro de Jocenir, o que se pode chamar de “espaço-tempo”, a primeira mais focado em uma caracterização “normativa” das prisões e a segunda nas estratégias desenvolvidas pelos sujeitos encarcerados. Não se trata, apenas, do espaço, ou do tempo em que passou aprisionado, mas uma conjunção entre espaços de privação de liberdade – diferentes prisões que se assemelham – e os tempos, percebidos de múltiplas formas dentro dos espaços. Marcam-se as características que Jocenir descreve em sua narrativa, os lugares e os tempos sentidos na prisão, não só como uma experiência individual. Considera-se, também, que esta intersecção na qual os sujeitos habitam, experienciam, relacionam-se atua diretamente nas possibilidades de agencia dos sujeitos, bem como os sujeitos fazem parte, constroem-na, modificam-na, para viver.

As primeiras páginas do livro trazem apontamentos gerais do que é descrito no resto do texto. O primeiro capítulo chama-se *Inferno*, referindo-se ao espaço-tempo das prisões em que esteve, relatando essa “experiência” forçada como desumana, violenta, e em condições de

superlotação, de ausência dos direitos, além de ignorada pelas elites e instituições públicas brasileiras (PRADO, 2016), comparando estas vivências aos campos de concentração nazistas.

A privação da liberdade, retirar o condenado do convívio social, não representa o maior sofrimento do homem que passa a fazer parte da realidade carcerária do país. A hipocrisia da elite, bem como das instituições públicas, não admite que esta ideia seja propagada: os distritos policiais, cadeias públicas e alguns presídios, antes de restringir a liberdade de um indivíduo, tirá-lo de circulação, são campos de concentração, senão piores, iguais aos que nazistas, usaram para massacrar judeus na 2ª Guerra Mundial. São verdadeiros depósitos de seres humanos tratados como animais (PRADO, 2016, p 18).

Os recursos literários utilizados induzem os leitores a aproximarem-se do que é dito, apresentando-se não só como relato, mas também como crítica, ou seja, uma análise sobre a própria experiência ao atribuir sentido ao que viveu, trazendo reflexões sociais, históricas e culturais. Por isso, a narrativa de Jocenir demonstra que sua biografia não é limitada ao registro e à descrição imparcial. Ao contrário, pode ser uma relação, uma prática de produção de sentidos, de crítica da instituição, dos sujeitos, das relações construídas, da relação entre a prisão e sociedade.

Jocenir descreve o espaço-tempo em que estava submetido e as condições relatadas assumem a generalidade das estruturas prisionais brasileiras. Essa instituição requer, obrigatoriamente, a incorporação ao *habitus* (Bourdieu, 2007), sistema de disposições desde o espaço e o tempo a relações sociais, do sujeito preso. Ao adentrar a prisão há outro mundo, em que as convivências são baseadas lógicas, e com o passar do tempo, o autor percebia as diferenças sociais do mundo em que adentrava com o mundo “de fora”. As morais dos grupos se diferenciam, pelas diferentes necessidades e circunstâncias em que estão submetidos

O microcosmo da prisão é baseado em uma moral que se difere da moral culturalmente hegemônica na sociedade neoliberal, estabelecida no mundo da liberdade, desde estar privado de liberdade, das relações de poder estabelecidas, dos códigos e das normas. Como Goffman (1974) investigou, a instituição prisão é composta por um regimento próprio e detém um processo de entrada que é configurado a partir de um distanciamento com a vida fora da prisão, adentrar a prisão é conhecer e aprender uma nova forma de convivência.

Além dos processos de imersão, percebe-se a mortificação do eu, processo de tentativa de mortificação sobre eu subjetivo e uma padronizado em relação à instituição (GOFFMAN 1974), os códigos de conduta e as regras pelas quais os sujeitos se organizam e desenvolvem relações de poder dentro da prisão entre os presos: dívidas devem ser pagas, traições são condenadas (à violência ou à morte) e onde, segundo Jocenir, estupradores são vistos como o pior tipo de preso: apanham, sangram, às vezes, morrem.

Uma das primeiras modificações em seus *habitus* seria a interação e a vivência dentro da instituição prisão e suas características próprias, as quais se diferiam da vida que o autor tinha fora da prisão. Em todas as prisões em que esteve, desde a primeira em Barueri, logo percebeu a superlotação: a capacidade era de quarenta e oito pessoas, mas havia mais de duzentos e cinquenta homens “empilhotados, amassados, espremidos, encurralados” (PRADO, 2016, p. 41). Em seu primeiro X (maneira como se referiam às celas), percebeu que era pequeno, tinha as paredes cobertas com revistas de mulheres nuas e uma grande quantidade de pessoas em relação ao que a cela suportaria.

Chies (2006) descreve esses dimensionamentos, constituem o cotidiano da pessoa privada de liberdade, através de uma economia própria em que as relações se dão de forma a permitir a existência dos sujeitos nesse espaço-tempo. As próprias celas, às vezes, são produtos de conquista ou de câmbio monetário ou de objetos pelos presos, sendo um privilégio ter uma cela em boas condições ou com bons companheiros. Além disso, a falta de bens causada pela não oferta do Estado ou pelo roubo de outros presos, obriga “Lidar com a carência de espaço nos ambientes prisionais faz com que o próprio acesso aos lugares privilegiados de uma cela se converte em objeto de disputa, de poder e de status (CHIES, 2006, p. 44).

A relação entre o espaço-tempo da prisão e o espaço-tempo da sociedade livre está em constante interação, explicitando o que se pode chamar de arquipélagos de controle e punição (MALLART, 2019), uma vez que determinadas trajetórias de vida são marcadas pelo controle e pela punição, não só na privação de liberdade. Essa interação por suas paredes porosas, evidencia também os sujeitos que não são captáveis por algumas dessas práticas de Estado. Jocenir em certo momento descreve estar no pátio de um presídio e perceber a movimentação

da rua, da “vida livre”, a qual estava logo ali, mas para ele não era uma realidade. Os muros materiais que separam o sujeito aprisionado constituem parte da instituição prisional, demonstrando material e simbolicamente essa separação entre os sujeitos do desvio (BECKER, 2008) e os cidadãos “corretos” ou “de bem”.

As estruturas materiais e imateriais da prisão são pensadas para servirem ao ideal da instituição: as celas pequenas, as grades, os muros e a interação dessas estruturas físicas com os sujeitos presos - superlotação, falta de condições de higiene, alimentação precária, falta de trabalho e de escolas - serve também como punição, ainda que não constitucional. Além das disposições espaço-temporais, as quais o autor se depararia com outras formas de se relacionar, que baseariam suas ações e as convivências nas prisões pelas quais passou.

### **Manter-se vivo, matar o tempo**

A passagem do tempo e a percepção acerca dele, dentro da prisão é diferente. Jocenir, em vários momentos, reforça a passagem do tempo como lenta e a dificultosa ocupação desse tempo. Chies (2006) afirma que nos pontos de encontro entre a prisão, o tempo e o trabalho, o tempo é a maior forma de punição, assim como um dos maiores inimigos das pessoas privadas de liberdade.

Jocenir narra que ocupar o tempo era ocupar sua mente, por isso buscava na escrita de versos e de cartas preencher seus dias. Outra forma de ocupação de seus dias, era o trabalho dentro da cadeia, mesmo que a escrita fosse a sua maior aliada na resistência à ociosidade e à lentidão da passagem do tempo. Na cadeia, Jocenir começou um trabalho no setor de benefícios, em que tinha contato com outros presos, este convívio permitia o diálogo entre os presos, em que falavam sobre as vidas e as penas.

O autor conta que alguns dos presos, com os quais teve contato nas atividades laborais, construíam os recursos de suas defesas ou de seus requerimentos durante esses momentos, muitas vezes melhores quando comparados às produções de pessoas com formação técnica, ainda que muitos não soubessem ler, escrever e nem tivessem o ensino fundamental completo. Segunda a narrativa de Jocenir, a prisão se mostra como um espaço-tempo em que é necessário

aprender não só sobre o meio, mas também táticas para sobrevivência e, principalmente, como sair dela. Nesse sentido, percebe-se que a maior motivação e esperança da pessoa privada de liberdade é a saída deste lugar hostil e desumano.

Jocenir não explicita sua escolaridade, mas se diferencia da maioria das pessoas privadas de liberdade por dominar a escrita, citando que: “a maioria da massa carcerária é precariamente alfabetizada” e “alguns mal conseguem escrever seus nomes” (PRADO, 2016, p.97). A habilidade da escrita possibilitou Jocenir ter uma moeda de troca e uma boa fama.

Esta prática acabou por tomar grande parte do meu dia. Eu achava bom. Matava o tempo para ele não me matar. A todo instante detentos pediam para que eu fizesse versos para esse ou aquela pessoa, lesse uma carta, respondesse outra. Eu atendi na medida do possível. Eram muitos o dia inteiro (PRADO, 2016, p.97).

Com a escrita, Jocenir estabeleceu relações com outros presos que não sabiam escrever e ler, e que gostariam de enviar cartas a seus familiares, a amigos e a pessoas ligadas às atividades criminalizadas. Ao escrever cartas para outros presos, Jocenir notava as semelhanças entre os sentimentos dele e de outros (PRADO, 2016), principalmente pela saudade das pessoas próximas e pelas dores de estar preso.

Estes pedidos faziam com que aos poucos eu passasse a ter certa facilidade em produzir versos recheados da psicologia do homem preso. A dor de cada um transferia para mim, e de mim para o papel. Primeiro ouvia atentamente o que o companheiro dizia, procurava interpretar suas ansiedades, seus sonhos, seus desejos. Se o solicitante quisesse versos para a esposa, eu procurava compor como se fosse para minha esposa, para um amigo, procurava pensar em algum amigo, filhos, pensava nos meus, e assim sucessivamente. Incorporava nos versos minhas experiências, que sabia, eram as mesmas daqueles homens (...) Traduzia o cárcere com um lápis (PRADO, 2016, p.98).

Diversos trechos do livro explicitam a demora do tempo para as pessoas que estão privadas de liberdade dessa instituição e a escrita proporcionou, segundo o autor, a ocupação de uma parte do tempo, e como muitos presos desejavam enviar cartas de amor, de saudade, de avisos, poderia ocupar grande parte de seu dia.

Em uma das transferências entre presídios, o autor conta a surpresa em deparar-se com as condições das estruturas, mais humanas e mais saudáveis. As pessoas poderiam estar por pouco tempo “solto”, jogando futebol, assistindo televisão, os quais são alguns prazeres possíveis na prisão. Nos jogos de futebol, a rivalidade era ignorada por alguns minutos, assim

como na hora das novelas que cativavam os presos. Outros momentos, como as visitas são vistas como motivos de grande alegria, e há um acordo comum de manter respeito pelos visitantes.

Uma forma de “resistência” e “redimensionamento” das relações entre os presos é a formação de grupos, principalmente após o Massacre do Carandiru (1992) - que ocorreu na mesma década em que o autor estava preso - como o conhecido Primeiro Comando da Capital (PCC) e a uma nova efervescência no Comando Vermelho (CV), que se forma na década de 70 (LIMA, 1991).

Mais recentemente, entretanto, o quadro hierárquico nos sistemas internos sócio prisionais apresenta-se, nestes termos, redimensionado; sobretudo nos estabelecimentos maiores os grupos internos passaram a se estruturar em moldes mais organizacionais e burocráticos, assumindo de forma mais explícita funções gerenciais, a partir de brechas e lacunas propiciadas pelas próprias administrações, bem como exercendo, conforme critérios próprios das demandas internas por coesão, também de forma mais explícita a coerção e a violência física (CHIES, 2006, p. 107-108).

Jocenir teve contato com o Comando Democrático da Liberdade (CDL), que como conta, tinha a intenção de resistir às arbitrariedades da prisão (PRADO, 2016). O grupo era organizado, inclusive com regras próprias. O autor descreve que a ele foi pedido que redigisse o estatuto do comando, e o fez. A existência de um grupo independente, com hierarquia interna, que proteja os presos é uma das respostas à ação violenta e desrespeitosa estatal e dos agentes com os presos, ocupando as funções do próprio Estado, que se exime da proteção, do cuidado, e da garantia dos direitos.

### **Relações de poder e violências**

Nesse subcapítulo busca-se aprofundar como algumas relações narradas por Jocenir se estabelecem, quem são os sujeitos envolvidos, quais padrões que seguem e quais suas principais características. O autor, em sua narrativa autobiográfica, destaca como as relações de poder estão marcadas por constantes disputas pela existência e sobrevivência nas prisões. Nesse sentido, a violência acaba sendo mobilizada em múltiplos momentos, por diferentes sujeitos que compõem a maquinaria prisional no Brasil.

O cotidiano relatado por Jocenir é marcado por relações violentas física e psicologicamente, seja com agentes penitenciários e pelo disciplinamento obrigatório da prisão

ou pela relação entre os presos. Esses processos que constituem a instituição prisão moderna, de controle, de vigilância e de disciplinamento, não são únicos, além dessas formas, outras formas da coerção são aplicadas aos sujeitos presos, formas essas que não estão descritas nos “acordos” que definem a lei e a privação de liberdade, e direcionam-se a maus-tratos e tortura.

Jocenir conta que, além dos processos de controle institucional, diariamente presenciava ações violentas. A violência e a tortura desprendida pelos agentes do estado direcionavam-se às práticas de desumanização do sujeito que comete um crime e é preso, frente à sociedade punitivista, em que a privação não é suficiente, mas a necessidade de um sofrimento extremo sim. Além disso, questionar o poder e a dominação dos agentes, questionar a situação e a desumanização, é motivo para outras formas de “correção” através da violência e da morte.

Outra forma de punição observada e experienciada por Jocenir, pela diretoria do presídio, foi a constante transferência para outros presídios, que distanciavam da família ou que tinham piores condições para sobreviver. Jocenir conta que foi transferido por ser acusado de aconselhar mães de presos a denunciarem um carcereiro, mesmo negando, não foi escutado.

Nas revistas feitas pelos carcereiros da nova cadeia, Jocenir relata que sofria agressões violentas: socos e pontapés. Sem nenhuma explicação os agentes iniciavam a tortura. Depois de uma das agressões, o autor relata que mal conseguia caminhar, mas, mesmo assim, direcionava-se para a sua X. Os carcereiros avisavam durante o caminho que ele iria para a pior cela. No meio do caminho o “chefe da disciplina” perguntou a Jocenir se ele “gostava de ferrar carcereiro” e deu uma tapa em seu rosto.

Ao longo do texto de Jocenir, há uma constância do tema da violência e da tortura estatal contra os presos, demonstrando constituía seu cotidiano. A partir do ensaio *Tortura e Sintoma Social* (2010), percebe-se que a tortura estatal sempre esteve presente na sociedade brasileira. Em comparação com a tortura desprendida pelo Estado durante o período ditatorial, hoje, os casos de tortura e assassinato são maiores (KELH, 2010). Na história da construção do Brasil, a violação e a tortura foram as bases constituintes da colonização, em que sujeitos desviantes (BECKER, 2008) do padrão universalista europeu, eram escravizados, mortos e violentados. Essas características estruturam as relações na sociedade brasileira contemporânea, a

colonialidade mostra-se através de formas que se encaixem e se mimetizam nos discursos democráticos estatais.

Quando Jocenir retorna ao presídio de Barueri, conta que havia um novo carcereiro, conhecido como “Luiz Carniceiro”. Este agente do estado, afirmava ter o controle sobre a prisão através do medo: “afirmava sempre que a sua disciplina devia imperar, mesmo que para isso tivesse que quebrar alguns presos no cano de ferro” (PRADO, 2016, p. 67). Certo dia, Luiz entrou em uma cela, dizendo que faria uma revista nos aparelhos televisivos, quebrou os aparelhos ao atirá-los no pátio, fazendo isso em várias celas o que gerou tensão entre os presos.

Em retaliação às ações de Luizinho Carniceiro, alguns presos jogaram água fervente em Temochenko - preso que tinha a fama de ser “cagueta” e que seguia ordens de Luiz. “Os presos, usando um pedaço de serra, o jacaré, conseguiram tirar um pedaço de uma grade, espaço suficiente para, com uma barra de ferro, estourar o cadeado do lado de fora. Em muito pouco tempo fez-se um verdadeiro tumulto na cadeia” (PRADO, 2016, p 67).

A direção tentou finalizar a rebelião, dizendo ser de forma “pacífica”, para fins de evitar que a polícia militar interviesse, porém haveria muita dificuldade. “O ódio acumulado falou mais alto. Os maus-tratos que a direção da cadeia dispensava aos presos pesaram na negociação” (PRADO, 2016, p.68-69). A rebelião vivenciada por Jocenir, teve como estopim uma ação contingente, porém as indignações foram maiores, os presos reclamavam as condições da penitenciária, as extorsões, as constantes violências que eram submetidos e pelo comportamento de um carcereiro que abusava de seu poder, quebrando os poucos pertences que os presos tinham, para demonstrar que não seria “frouxo” e que, se preciso fosse, quebraria alguns (PRADO, 2016).

A narrativa segue descrevendo como a polícia controlou a rebelião. Durante a noite, os presos já estavam em suas celas, porém a polícia militar retornou, já se imaginava o que viria. Segundo Jocenir “Logo imaginou-se o que estaria por vir. Acerto de contas. Iriam nos espancar novamente, A rebelião não tinha acabado?” (PRADO, 2016, p. 70). Mesmo que a rebelião estivesse terminada e os policiais tivessem contido pela violência, haveria uma segunda ação policial.

Os policiais abriram uma cela de cada vez. Obrigaram os presos a se despir. Enfileirados, Virados para a parede da muralha. Civis, militares e carcereiros executavam uma blitz em cada cela. Os policiais militares tomavam os objetos dos presos e depois arremessavam na cara dos mesmos. Garrafas cheias d'água, rádios, sapatos, alimentos, etc. Algumas vezes, era tanta a violência do choque na cabeça que o preso caía desfalecido ou tonto; outras partes do corpo também eram alvejadas, provocando graves lesões. (PRADO, 2016, p.71).

A violência continuou: corredor polonês, socos, chutes, agressões com cabo de vassoura e fezes, xingamentos e muito sofrimento. Enquanto os presos apanhavam, os policiais riam e pareciam se divertir com as ações. “Estavam alterados e felizes. Fascistas nojentos. Adolf Hitler sorrindo no inferno. Riam, gargalhavam. O Robocop do governo é frio, não sente pena, só ódio, e ri como uma hiena” (PRADO, 2016, p. 75).

Os relatos de Jocenir, assim como de outros presos, aliando-se às pesquisas acerca da prisão demonstram que as pessoas privadas de liberdade sofrem constante violação dos direitos humanos, direitos constitucionais. A violação sustenta a colonialidade, desde antes do aprisionamento, a partir da perspectiva da interseccionalidade, percebe-se quem são os sujeitos mais aprisionados no Brasil. Esses sujeitos em condição de sequestro (CHIES, 2006) concomitantemente à exposição a violência e a tortura, são alvos vulneráveis para que tais ações aconteçam e continuem sendo subalternizadas e silenciadas nas relações sociais coloniais e, ainda que seja de conhecimento dos agentes existência da tortura.

Um corpo torturado é um corpo roubado ao seu próprio controle; corpo dissociado de um sujeito, transformado em objeto nas mãos poderosas do outro – seja o Estado ou o criminoso comum. A tortura refaz o dualismo corpo/mente, ou corpo/espírito, porque a condição do corpo entregue ao arbítrio e à crueldade do outro separa o corpo e o sujeito. Sob tortura, o corpo fica tão assujeitado ao gozo do outro que é como se a “alma” – isso que, no corpo, pensa, simboliza, ultrapassa os limites da carne pela via das representações – ficasse à deriva. A fala que representa o sujeito deixa de lhe pertencer, uma vez que o torturador pode arrancar de sua vítima a palavra que ele quer ouvir, e não a que o sujeito teria a dizer. Resta ao sujeito preso ao corpo que sofre nas mãos do outro o silêncio, como última forma do domínio de si, até o limite da morte. E resta o grito involuntário, o urro de dor que o senso comum chama de “animalesco” (KELH, 2010, p.131).

Essa condição parte da dualidade da modernidade-colonialidade, seja pela necessidade de classificar entre os bem ajustados a sociedade e os “mal ajustados”, os que devem ser punidos ou não e os escopos do corpo e da alma, alvos dos dispositivos de dominação, controle e ajuste social na prisão (FOUCAULT, 2014). Fanon (2008), em suas obras, evidenciou os efeitos do

colonialismo em suas esferas de psicológicas, em que o colonizador racista através de um complexo de autoridade cria relações de subordinação e a inferioridade do sujeito que dele diferem, e as suas consequências psicológicas para os sujeitos vitimados e para o próprio sujeito que perpetua as violências.

Nas relações entre os presos, os conflitos normalmente se dão para “acertar de contas”, pagar uma dívida ou avisar alguém. A violência entre os presos é desprendida por uma das formas de organização social interna à prisão, percebe-se que pode ter relação com acontecimentos anteriores à instituição ou por conflitos em relações internas. Essa organização interna faz-se a partir de um código de conduta do preso, relatado por Jocenir, assim como a sua familiarização e apropriação durante o período preso. Tais relações também interseccionam a ligações com os carcereiros e alguns presos, o que gera uma diferenciação de poderes e da capacidade de amedrontar os subordinados.

Jocenir conta que além da cobrança de dívidas por drogas e por favores, extorquia-se por meio de uma taxa denominada “pagar pau”. Como Jocenir não era percebido como digno de estar junto a outros presos, deveria pagar esta taxa. O autor relata que se negou, o que gerou discordância com os sujeitos que cobravam a tal dívida, e foi avisado de que na cadeia não pagar as dívidas, gera a cobrança com vinganças, retaliações e até com a vida.

Outro fenômeno que pode influenciar as relações violentas é a presença de drogas, muitas vezes em decorrência da existência de um tráfico interno, que desenvolvem algumas relações que necessitam de controle, seja esse discursivo ou físico. Nas prisões pelas quais Jocenir passou sua narrativa mostra a recorrência de jovens viciados em crack, de pessoas endividadas por drogas. As relações de poder internas na prisão referentes ao tráfico, envolvem também agentes estatais que auxiliam a traficar, além de situações em que há abstenção. Jocenir escreve que presenciou tais cobranças de dívidas, por meio da ameaça e da violência física, por sujeitos que, segundo o autor, por causa dos efeitos das drogas, ou pela abstinência tornavam-se violentos.

A existência das drogas nos espaços de privação de liberdade é um problema de saúde pública. No Brasil, a guerra às drogas toma visibilidade apenas no campo jurídico criminal,

ignorando a necessidade de acompanhamento psicológico e médico para pessoas usuárias de drogas, que é piorado pelas condições desumanas da prisão. O que é relatado por Jocenir, demonstra que contato com o tráfico é grande, o que facilita o uso, bem como fortalece as relações de poder internas. A relação dos agentes penitenciários com o tráfico mostra a falência e a parcialidade do estado, transfigurada por discursos anti-drogas, que afetam e afloram o genocídio da população jovem e negra no Brasil (FERRUGEM, 2018). Nesse sentido, a guerra as drogas dentro e fora das prisões é constituinte de um poder produtivo (FOUCAULT, 2014), que se apoia na segregação, no racismo, no classismo e no patriarcado.

### Os afetos nas relações

Nesta seção, parte-se das relações, talvez relações outras. As relações de poder, as relações sociais que se constroem durante o período de privação de liberdade, não se limitam a formas de dor e de violência, a disputas desiguais. Jocenir enfatiza em sua narrativa como o afeto, as relações mais próximas com quem passava o tempo, marcou tanto quanto outras formas de se relacionar. Nessas fissuras do ambiente hostil e desumanizador, na frieza, na solidão, o autor encontrou pessoas dispostas e abertas para compartilhar algumas experiências, para ouvir e para escutar, para dar sentido à experiência compartilhada do aprisionamento.

213

De madrugada eu senti um calafrio. Não era do vento, não era de frio. Acerto de conta tem quase todo o dia. Tem outra logo mais, eu sabia. Lealdade é o eu todo preso tenta. Conseguir a paz de forma violenta. (PRADO, 2016, p.129).

A vida de Jocenir se adaptou, conectou-se às normalidades nos e dos presídios. Seu cotidiano é marcado pelo tumulto, tensão, movimentações policiais, corpos feridos ou mortos. “A Casa de Detenção é assim. Na cadeia, vale o que o sistema esconde, o que a novela não diz” (PRADO, 2016, p. 131).

No presídio em Avaré, o autor conta que conheceu Leonil, um homem que estava preso há muitos anos. Jocenir e Leonil conversavam durante as noites, contavam histórias e coisas que viveram e presenciaram na prisão. O autor afirma que, através das histórias que os dois compartilhavam, percebeu que poderia ser escrito um livro, principalmente sobre aquelas contadas por Leonil. Além das conversas com Leonil, Jocenir procurava ocupar seu tempo com a escrita e com livros, como fazia em outros presídios.

Na cela eu procurava escrever ou ler livros como forma de passar o tempo. Na cadeia o relógio anda em câmera lenta. Tinha dificuldades para dormir, boa parte da noite passava olhando as estrelas pela janela e a lua, quando esta vinha dar o ar da sua graça. Avaré tem um céu bonito (PRADO, 2016, p.164).

Em Avaré não era diferente do período que passou no Carandiru ou outras prisões, o tempo sempre se alongava. Jocenir imaginava os momentos fora da prisão, rememorando as lembranças ou planejando o futuro longe dos presídios. Nas memórias recordava-se do cotidiano da casa, do convívio familiar, percebendo principalmente as ações e as relações banalizadas fora da prisão, como o cachorro latindo, o cheiro da comida, as folhas que cobriam o quintal (PRADO, 2016).

O contato com outros agentes, não presos e não agentes penitenciários, se deu quando adoeceu e precisou buscar ajuda de um médico que o recebeu. Na consulta, o médico distanciava-se dele, notando pelos olhos do médico mal enxergavam seu rosto e, sem sequer questionar Jocenir sobre o que sentia, receitou um medicamento. “Ele disse que eu aguardasse na cela, que meu medicamento seria entregue. Não acreditei. Fiquei perplexo. Eu nem havia dito nada. Diagnosticou o que? Era adivinhão?” (PRADO, 2016, p.126).

Jocenir escreve que pode consultar outro médico, bastante conhecido entre os presos, Dráuzio Varella. Na nova consulta, havia muita diferença entre os tratamentos:

Ele não rabiscava nada no papel, tinha a cabeça erguida, e me olhava com muita atenção. Senti um nó na garganta, me veio uma vontade de chorar. Sei que não é normal, era apenas uma consulta médica, mas ser bem tratado na cadeia por gente que não está presa é algo que não ocorre todos os dias, é diferente. Ainda mais quando se está doente e se foi maltratado por outro médico como eu fui (PRADO, 2016, p.127).

Jocenir expressa o estranhamento sobre a relação com o médico, pois os presos não costumavam ser tratados bem, com um tratamento *humanizado*, principalmente por parte dos agentes e técnicos do Estado. Jocenir expressa as emoções que a atitude causou – vontade de chorar e nó na garganta, demonstrando não só uma reação contingente e individual, mas como autor coloca “não é algo que ocorre todos os dias”, é também a expressão das relações entre agentes institucionais e os presos, a qual viabiliza a colonialidade nas relações e a desumanização de alguns sujeitos.

As relações estabelecidas durante o tempo em que esteve preso eram diferentes das relações ideais na sociedade “livre”, e no texto de Jocenir, isto é recorrentemente trazido. Há uma construção que é envolta por uma estrutura expressa a tensão, o medo, a raiva, a inconstância, na qual remete a um estado de alerta, pois a qualquer momento algo pode acontecer. Ainda assim, existem relações de afeto e cumplicidade entre colegas de celas, parcerias que auxiliam na proteção, amizades entre técnicos e presos. Além disso, o afeto desprendido pela família, evidente nas cartas e nos momentos de visita, são muito respeitados pelos presos.

### **Memórias do aprisionamento nos processos de liberdade**

Nesta parte, tenta-se articular as relações, as práticas, os discursos em suas formas que tomam o corpo dos sujeitos, através da memória, dos sentidos que se modificam ao longo do tempo. Na prisão, nesse espaço-tempo, como já tratado, isso se prolifera, se intensifica e confronta-se com outros tendo em vista a liberdade. Receber a liberdade, cumprir seu tempo inclui o processo de adaptar-se a outras sociabilidades, a outras relações que sempre serão tocada e atravessadas por aquele e aquilo que viveu e que foi.

A liberdade de Jocenir se aproximava, pois havia cumprido quase todo tempo de pena, porém houve um imprevisto, mais uma punição: Jocenir foi acusado de ser o líder de uma rebelião e por dano patrimonial na prisão de Barueri, por esta razão foi transferido à Casa de Detenção de São Paulo. “Chorei de raiva, uma inconseqüência como a que estava escrita naquele papel poderia me deixar mais anos na prisão” (PRADO, 2016, p.166). As acusações adiaram o momento de liberação. No ano de 1998, em novembro, Jocenir recebeu sua liberdade.

As relações que o autor fez com outros presos, foram significativas à trajetória, seja por proteção, ou pela amizade que melhorava o tempo na prisão. No momento em que Jocenir conseguiu o alvará de soltura, conta que ficou triste pelos choros e tristezas de seus amigos, sentimentos misturados à ansiedade para estar solto. Jocenir se despedia dos companheiros, que cultivou carinho e cumplicidade, entre choros e despedidas. Ao atravessar os portões, incrédulo por estar livre, ia ao encontro de sua família e de sua vida (PRADO, 2016).

Chovia. Ao longe, sem acreditar ainda no que estava acontecendo, eu avistei a figura daquela que durante todo o tempo de prisão sofrera junto comigo. Lá estava minha companheira junto com meus filhos Renato, Raphael e Gabriel, este último nascido há pouco, também minha cunhada Gorete, a quem devo gratidão eterna, os acompanhava. Foi um encontro emocionante e inesquecível, pude abraçar a todos que amava sem constrangimento da prisão. Eu era um homem livre (PRADO, 2016, p.170).

No caminho de sua casa, conta que tudo estava diferente de antes de estar preso. Ao olhar para as mesmas coisas, percebia-as de maneiras diferentes. O estranhamento se relaciona com o isolamento que a prisão intenciona, constitutivo de subjetividade e contraditório ao ideal discursivo ressocializador, característica das instituições totais (GOFFMAN, 1974), e também na forma de normalização dos corpos (FOUCAULT, 2014). Um dos efeitos do aprisionamento é “desaprender” algumas das formas de socialização, pelo apagamento e pela ausência de convivência com o mundo fora da prisão, através da mortificação do eu. Jocenir descreve e o céu, a natureza, o vento, a chuva, e como sentia um começo de sua vida (PRADO, 2016), frisando que o que vivenciou na privação de liberdade nunca seria apagado.

O complexo prisional brasileiro se estabelece em uma sociedade construída por relações coloniais, e através da colonialidade, utilizando-se de classificações e subalternização de raça, gênero e classe, sustentam a existência da prisão. Neste sistema as opressões estabelecem-se anteriormente ao aprisionamento, pelos sujeitos e corpos que são marginalizados e criminalizados. Nas prisões o controle dos corpos, a tentativa de controle das mentes e as condições desumanas, servem ao gerenciamento de biopoder, ancoradas nas políticas do Estado. Dentre as consequências, estão a retroalimentação de uma sociedade que não se imagina sem prisões, a contínua subalternização e diferenciação por marcas sociais, mas também, como Jocenir expressa, lembranças e traumas psicológicos que sempre permanecerão em sua vida. “Um homem nunca é o mesmo depois da cadeia” (PRADO, 2016, p.171).

A prisão é justificada por uma necessidade da racionalidade moderna, amparada pelas políticas de segurança pública, do Estado. A legitimação acontece por meio de uma “racionalização” das formas de punir o crime, a partir do Direito Positivo. Ao mesmo tempo mostra-se, cotidianamente, violadora de todos os direitos garantidos, tratando-se de uma contradição não só ao discurso da democracia e da liberdade, mas também como um dispositivo

que perpetua as opressões do Estado moderno. Na materialidade, a prisão e o aprisionamento contrariam as intencionalidades discursivas, expressas nos "contratos sociais", documentos legais do país: não há "ressocialização", restando a este espaço-tempo apenas a privação da liberdade, a punição violenta - física e psicológica -, a vingança e o crime por parte do Estado brasileiro.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou explorar a potencialidade de tensionar as estruturas coloniais através da narrativa autobiográfica escrita a partir das vivências do cárcere no Brasil, ressaltando que a escrita autobiográfica produzida por sujeitos subalternizados pode ser mais que um artefato literário, como expressões dos silenciamentos históricos na sociedade colonialista moderna.

No livro, Jocenir conta sua história, costura às análises dos fenômenos vividos e presenciados no sistema prisional do estado de São Paulo apresentando a experiência singular do narrador, mas esta, em alguma medida, representa a experiência de um sujeito coletivo, o homem pobre privado de liberdade no Brasil, nos anos 1990. Essas vivências de Jocenir se assemelham a de outras pessoas que passaram por presídios, experiências forçadas e dores compartilhadas, em um mesmo sistema prisional desgastado que, no entanto, não se modifica.

Buscou-se explorar a escrita não tanto em sua forma, mas enquanto narrativa compartilha as trajetórias, os sofrimentos, as alegrias no cárcere. Segundo o autor, o livro expõe o que é ocultado pelo "sistema", as vidas dos sujeitos desumanizados e tratados como animais (PRADO, 2016). Essa possibilidade de relatar outros efeitos dessas relações é um importante um contraponto aos retratos feitos pela grande mídia, pelo debate público, pelas afirmativas punitivistas daqueles que defendem a necessidade da existência de presídios para a segurança social. Recupera-se e reitera-se a gama de estudos das Ciências Humanas que demonstra a incapacidade da prisão como mecanismo "ressocializador", expõe-se a "face oculta" – nem não oculta assim – da tortura, da violência e da desumanização dos sujeitos.

O livro trouxe contribuições teóricas para o desenvolvimento e aprofundamento de questões reflexivas sobre a privação de liberdade. Mostra-se como um exemplo de narrativa autobiográfica de pessoas que estão ou estiveram privadas de liberdade, contribuindo para pensar as relações sociais que sustentam e que se desenvolvem no e do aprisionamento. Em síntese, o estudo permitiu afirmar as potencialidades da narrativa autobiográfica para a produção e afirmação do sujeito frente a colonialidade de poder, do ser e do saber. Na pesquisa, pode-se perceber três aspectos principais sobre as narrativas autobiográficas de sujeitos do sistema prisional.

A primeira característica é a possibilidade de superar o discurso assistencialista sobre a pessoa no sistema prisional, a partir da percepção da violação dos direitos e da integridade dos presos. Assim, a reivindicação de direitos não deve ser entendida como voluntarismo ou por julgamentos morais, que descaracterizem o preso como um sujeito desprovido de direitos ou de agência. Além disso, o discurso estigmatizante é tensionado a partir da aproximação das realidades e o conhecimento dos sujeitos não só pelo caráter objetivo, mas também subjetivo, aproximando-se pela escrita das emoções - os medos, as tensões e os afetos.

O segundo aspecto é o resgate da humanidade dos sujeitos, pela expressão mais próximos de sua totalidade subjetiva, por meio da sua narrativa autobiográfica. Expressam-se características e sentimentos em relação à privação de liberdade, dialogando com Fanon (2008), quando indica como uma das características da colonialidade a desumanização dos sujeitos.

O último aspecto percebido é o reconhecimento dos saberes expressos por tramas complexas das relações, por meio dos conflitos, nas sociabilidades, nas regras e nas normas internas à prisão. Transparecem, também, nas disputas de poder dos agentes do sistema penal - juízes, promotores, policiais, diretores, agentes prisionais, técnicos e presos. Além disso, percebe-se algumas das estratégias de manutenção de vínculos sociais internos e externos, através da escrita e da leitura de cartas, da importância dada às visitas, dos grupos e cumplicidades para a proteção e para a amenizar o tempo e os efeitos do aprisionamento.

O resgate das narrativas autobiográficas dos sujeitos subalternizados pelo sistema capitalista e pelos padrões de poder desiguais da modernidade colonialidade é um dos meios de (re)construir a sócio história brasileira e da América Latina. Propõe-se vislumbrar as experiências em um quadro de saberes decoloniais, ou seja, de confronto aos paradigmas científicos eurocentrados, aos imaginários sobre a pessoa em conflito com a lei e privada de liberdade - e os sujeitos marcados pela criminalização, reconhecendo as trajetórias, as violências materiais e simbólicas do sistema penitenciário e judiciário, os saberes acionados e construídos nas inter-relações.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Press Universitaires de France, 1977.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 15-30.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do Cárcere. Estudos Avançados .1995, v. 9, n. 23, pp. 309-322.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo **A capitalização do tempo social na prisão** : a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. Porto Alegre, UFRGS, 2006.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Rev. Sociedade e Estado. v. 31, n1. 2016
- COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. 2020
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: UFJF, 2008
- FERRUGEM, Daniela. **Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial**. Porto Alegre. 122f. Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. 2018.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: A Vontade de Saber. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, São Paulo 2015.

FOUCAULT, Michael. **VIGIAR E PUNIR**. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

GOFFMAN, Erving. (1987). **Manicômios, prisões e conventos** 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

KEHL, Maria Rita. O preço de uma reconciliação extorquida: Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org). **O que resta da ditadura: A exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 123-133.

LIMA, William da Silva. (1991), Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro, Vozes.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Transdisciplinaridade e decolonialidade**. Sociedade e Estado [online]. 2016, v. 31, n. 1.

MALLART, Fabio. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2019.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MISSE, Michel. **Malandros Marginais e Vagabundos**: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999

PADOVANI, Natalia. **Sobre casos e casamentos**: Afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. Tese de Doutorado. UNICAPM. 2015.

PRADO, Jocenir. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: [s. n.], 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán., Colombia. Ed. Jorge Salazar. 2010. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/documentos/Inflexion.pdf>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002.

---

Submetido: 04/01/2022

Aprovado: 13/08/2022